



PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

**PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA (Sepge)**
2023-2027

Belém - Pará
Março/ 2024

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Sede Belém – Palácio Serzedello Corrêa
Tv. Quintino Bocaiúva, 1585 – Nazaré
(91) 3210-0555 CEP: 66.035-903
www.tcepa.tc.br/ ouvidoria@tcepa.tc.br

Sede Santarém – Unidade Regional I
Tv. Luiz Barbosa, 962 – Caranazal
(93) 3522-1718 CEP: 68.041-115

Sede Marabá – Unidade Regional II
Av. VP-oito, folha 32 quadra 17 lote 11 – Nova Marabá
(94) 3323-0799 CEP: 68.508-160

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Benedito Frade, -Belém-PA

P221r Pará, Tribunal de Contas.
 Programa de Capacitação Secretaria de Planejamento
 e Gestão Estratégica (SEPGE) 2023-2027 - Tribunal
 de Contas do Estado do Pará.
 - Belém : TCE, 2024.
 66p.

1 Capacitação Profissional. 2 Planejamento Estratégico. 3 Gestão

CDD 351

TRIBUNAL PLENO

PRESIDENTE

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

VICE-PRESIDENTE

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro

CORREGEDOR

Conselheiro Luis da Cunha Teixeira

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Coordenadora da Comissão para o Aperfeiçoamento de Mecanismos para o Desenvolvimento do Controle Externo

Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior

Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira

Ouvidor

Conselheira Daniela Lima Barbalho

Coordenadora da Comissão de Sustentabilidade e Meio Ambiente

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Julival Silva Rocha

Milene Dias da Cunha

Daniel Mello

Edvaldo Fernandes de Souza

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

VICE-PRESIDENTE

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro

CORREGEDOR

Conselheiro Luis da Cunha Teixeira

CHEFE DE GABINETE

Diógenes da Silva Fiorese

PROCURADORA

Hellen Geysa da Silva Miranda. Brancalhão

SECRETÁRIO GERAL

José Tuffi Salim Júnior

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Ana Paula Cruz Maciel

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Maria de Lourdes Carneiro Lobato

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Alice Cristina da Costa Loureiro

SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Leda Mara Souza de Oliveira Monteiro

SECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO

Andréa Pinheiro Xerfan

SECRETÁRIO DE REPRESENTAÇÃO - SANTARÉM

Antônio Carlos Sales Ferreira Júnior

SECRETÁRIO DE REPRESENTAÇÃO - MARABÁ

Rafael Larêdo Mendonça

DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE CONTAS ALBERTO VELOSO

Carmen Lúcia Dantas do Carmo

Elaboração

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge)

Equipe Técnica

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge)

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan (Secretária)

Juliana Bulgarelli Mendes (Subsecretária)

Alessandro Brito de Sousa

Alexandre Aly Paraguassú Charone

Hilda da Fonseca Duarte Caetano

Jaime Brandão Coutinho

Monique Helen Cravo Soares Farias

Rogério Conceição Cruz

Vicente Anchieta Junior

Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV)

Carmen Lúcia Dantas do Carmo

Juliana Borges de Cantuária

Vanessa Galvão dos Santos

Projeto Gráfico

Clewerson Castelo Branco de Queiroz

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO

Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais em benefício da sociedade.

VISÃO

Ser instituição referência no controle externo e contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública.

VALORES

- Integração: primar pela gestão sistêmica bem comprometida e aplicada por todo o corpo da organização.
- Efetividade: voltar-se para a produção de resultados que assegurem a missão e a excelência da organização.
- Transparência: primar pela divulgação clara e acessível dos seus atos e dos decorrentes de sua missão.
- Independência: atuar com liberdade, imparcialidade e autonomia.
- Inovação: buscar, propor e incorporar novos conhecimentos.
- Ética: atuar com honestidade, respeito, moralidade, coerência e integridade.
- Justiça: pautar-se com equidade e impessoalidade, visando ao interesse público.
- Sustentabilidade: adotar boas práticas sob os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos.
- Transformação Digital: valorizar a criatividade, agilidade e flexibilidade, estimulando uma cultura proativa em relação às mudanças tecnológicas.

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), em consonância às ações do Plano Estratégico 2022-2027, reconhece a importância de investir no capital humano, pois acredita que servidores capacitados são a base para o sucesso e a inovação.

O Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) segue a Política de Gestão de Pessoas estabelecida nacionalmente desde 2006 por meio do Decreto nº 5.707 de 2006 e Decreto nº 9.991 de 28 de agosto de 2019, posteriormente instituída no âmbito do TCE-PA pelas Resoluções nº 18.473/2013 e Resolução nº 19.224/2020. O modelo de gestão utiliza o conceito de competência para orientar diversos processos organizacionais, em especial, os relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoas, aliando a metodologia aplicada nos programas de capacitação coordenados pela Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV).

O principal objetivo deste programa é aprimorar, capacitar e qualificar os servidores, com vistas a estimular seu desenvolvimento profissional e preencher as lacunas de competências necessárias para alcançar os objetivos institucionais estabelecidos pelo Tribunal, capacitando-os em diversas áreas, proporcionando um ambiente propício ao aprendizado e ao aprimoramento de habilidades essenciais para o desempenho eficaz de suas funções. Com isso, o TCE-PA deseja o fortalecimento não apenas das competências técnicas, mas também das habilidades comportamentais, promovendo uma cultura de excelência, liderança e trabalho em equipe.

Esta iniciativa representa a oportunidade de incentivar a troca de experiências entre os servidores, promovendo um ambiente colaborativo e enriquecedor, além de fomentar a oportunidade de aprimorar habilidades essenciais para o crescimento na carreira, o reconhecimento e valorização dos potenciais individuais e melhoria no desempenho organizacional, permitindo assim o aumento da eficiência e produtividade, bem como maior alinhamento com os objetivos estratégicos desta Corte de Contas.

A partir da elaboração deste documento, o TCE-PA assegura que está comprometido em investir no desenvolvimento de seus servidores, pois acredita que uma equipe capacitada é o alicerce para o sucesso institucional. O Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) é uma oportunidade para fortalecer as competências e impulsionar a jornada rumo ao futuro.

SUMÁRIO

1	O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA 2023-2027	13
1.1	Conceitos	14
1.2	Objetivo	15
1.3	Base Normativa	15
1.4	Princípios	18
1.5	Diretrizes	19
1.6	Resultados Esperados	20
1.7	Gestão do Programa	20
2	METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA	21
3	LINHAS DE DESENVOLVIMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA DO TCE-PA	26
3.1	Linha de Desenvolvimento 1: Governança	26.
3.2	Linha de Desenvolvimento 2: Planejamento	29
3.3	Linha de Desenvolvimento 3: Lei Geral de Proteção de Dados e Transformação Digital	31
3.4	Linha de Desenvolvimento 4: Sustentabilidade	35
4	LACUNAS DE COMPETÊNCIAS DE CADA LINHA E RESULTADOS ESPERADOS	38
5	TIPOS DE EVENTOS DE APRENDIZAGEM	47
6	INFRAESTRUTURA	47
7	RECURSOS FINANCEIROS	48

8	TRILHAS DE APRENDIZAGEM DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	48
8.1	Avaliação	48
	8.1.1 Avaliação de Reação	48
	8.1.2 Avaliação de Aprendizagem	49
	8.1.3 Avaliação de Impacto	49
8.2	Formas de Divulgação	49
8.3	Critérios para Inscrição	49
9.	PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS DE APRENDIZAGEM	50
Anexo 1	Formação básica destinada à Secretaria de Planejamento e Gestão (Sepge)	52
Anexo 2	Etapas da construção do Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge)	60
Anexo 3	Trilha de Aprendizagem para a Linha de Desenvolvimento Planejamento, por Objeto de Aprendizagem	63
Anexo 4	Trilha de Aprendizagem para a Linha de Desenvolvimento Sustentabilidade, por Objeto de Aprendizagem	66

1. O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA 2023-2027

A Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) tem por finalidade coordenar, articular, monitorar e avaliar o processo de planejamento estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), bem como desenvolver ações para melhoria da qualidade das metodologias utilizadas no planejamento institucional, propor ações de desenvolvimento organizacional, de modernização administrativa e de aperfeiçoamento da estrutura, organização e funcionamento das unidades de trabalho do Tribunal.

Assim, a fim de tornar esta unidade de trabalho mais eficiente, promover sua constante inovação, fortalecer a liderança e garantir que suas decisões sejam baseadas em conhecimento atualizado e práticas recomendadas, foi desenvolvido o Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) 2023-2027, com vistas a promover uma gestão mais eficaz e responsável.

O Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) é um instrumento de aprendizagem da equipe para o período de cinco anos (2023-2027), adequado ao desenvolvimento dos servidores e em consonância com a missão e visão do TCE-PA, considerando também seus valores institucionais. Além disso, ele permitirá que os servidores que atuam com planejamento se mantenham atualizados, garantindo que estejam cientes das melhores práticas e das últimas tendências na área.

Ao capacitar os servidores da unidade de planejamento, promove-se a transparência e a accountability, uma vez que assim serão capazes de comunicar efetivamente suas decisões e ações, promovendo a confiança do Tribunal como um todo e de outras partes interessadas. Ademais, servidores capacitados são capazes de analisar dados de maneira mais eficaz, o que resulta em decisões mais embasadas, o que é crucial para a Secretaria de Planejamento, onde as decisões têm impacto direto nas políticas públicas e nas ações da instituição.

Agora, a fim de desempenhar um papel estratégico e de liderança na formulação e execução de políticas institucionais, este Programa de Capacitação englobará quatro linhas de desenvolvimento (Governança, Planejamento, LGPD e Transformação Digital, e Sustentabilidade) e seis competências (Gestão Pública, Liderança, Planejamento

Governamental, Proteção de Dados, Ciência de Dados e Inovação Tecnológica, e Gestão Pública Sustentável).

1.1 Conceitos

Para a construção deste Programa, foram considerados alguns conceitos fundamentais para sua compreensão, dentre os quais destacam-se:

- **Alinhamento Estratégico:** garantir que os objetivos do programa de capacitação estejam alinhados com os objetivos estratégicos da organização.

- **Aprendizagem:** processo que promove a busca constante por conhecimento e desenvolvimento de habilidades e atitudes ao longo do tempo.

- **Capacitação:** processo de desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes de indivíduos, com o objetivo de aprimorar seu desempenho em atividades específicas.

- **Comunicação interna:** Processo de troca de informações dentro da instituição.

- **Cultura Organizacional:** conjunto de valores, normas, crenças e práticas compartilhadas pelos membros de uma instituição.

- **Desenvolvimento:** esforço planejado para melhorar a eficácia e a saúde da instituição, envolvendo mudanças estruturais, comportamentais e culturais.

- **Engajamento:** grau em que os funcionários se sentem conectados, comprometidos e motivados em relação ao seu trabalho e à organização.

- **Estratégia:** definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, para que serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido

- **Gestão do Conhecimento:** conjunto de processos, estratégias e práticas utilizadas por uma instituição para identificar, capturar, armazenar, compartilhar e aplicar o conhecimento de seus servidores, de maneira a melhorar o desempenho global e alcançar seus objetivos estratégicos.

- **Governança:** mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para direcionar, monitorar e avaliar a gestão, com objetivo de alcançar os objetivos da instituição.

- **Inovação Tecnológica:** processo de aplicar novas ideias, métodos, produtos ou serviços para melhorar ou criar soluções tecnologicamente avançadas.

- **Liderança:** processo de influenciar, inspirar e orientar indivíduos ou grupos para alcançar objetivos específicos, envolvendo a habilidade de tomar decisões, motivar pessoas, criar visão e direcionar esforços em direção a metas comuns.

- **Planejamento:** processo de estabelecer metas, objetivos e estratégias para atingir um resultado desejado, envolvendo a análise cuidadosa da situação atual, a definição de metas futuras e a identificação de ações específicas necessárias para alcançar essas metas.

- **Proteção de Dados:** tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

- **Sustentabilidade:** capacidade de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Esse conceito envolve a busca pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, visando promover um desenvolvimento que seja duradouro e responsável.

- **Unidades de Trabalho:** unidades que têm por finalidade desempenhar atividades de apoio, assessoramento e gestão necessárias ao pleno exercício das competências do TCE-PA.

1.2 Objetivo

Implementar o Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) do TCE-PA, com a identificação das dimensões das competências, lacunas de aprendizagem, ações educacionais direcionadas e trilhas de aprendizagem aos servidores da unidade de trabalho.

1.3 Base Normativa

Ao elaborar o programa, é essencial considerar os instrumentais que serão utilizados para a sua criação. Na Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do TCE-PA, foram selecionados documentos institucionais e externos que embasam as atividades desenvolvidas. Esses documentos foram organizados em categorias, incluindo Documentos Gerais do TCE-PA, Governança, Planejamento, Lei Geral de Proteção de Dados e Transformação Digital, bem como Sustentabilidade, conforme

detalhado no quadro 1.

Quadro 1 - Instrumentais que regem a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) do TCE-PA

DOCUMENTOS GERAIS DO TCE-PA		
Nº	Normativo	Disposição
1	Ato Nº 69/2014	Aprova o Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado do Pará
2	Resolução nº 19.224/2020	Dispõe sobre a Matriz de Competências no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará
3	Levantamento de Necessidades de Treinamentos (LNT)	Definido pela SEPGE no ano de 2019 para execução em 2020 (como referencial)
4	Resolução nº 18.437/2013	Dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do TCE-PA
5	Lei Nº 8.037/2014	Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores do TCE-PA
GOVERNANÇA		
Nº	Normativo	Disposição
6	Guia de Governança Pública do TCE-PA	Introduz e consolida um conjunto de estruturas, mecanismos e práticas destinados a direcionar, monitorar e avaliar a gestão, de modo a assegurar que a organização atenda às necessidades da sociedade.
7	Referencial de Governança do TCE-PA	Busca delimitar princípios, diretrizes, estrutura e instrumentos de gestão, objetivando assegurar o cumprimento da missão institucional e, por conseguinte, a garantia do atendimento das demandas sociais.
8	Portaria nº 30.812, 04 de março de 2016	Institui o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), com objetivo de acompanhar o desenvolvimento do Plano Estratégico e do Plano de Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).
9	Portaria nº 29.402, 09 de março de 2015	Instituir o Comitê de Gestão Operacional - CGO, com o objetivo de integrar os responsáveis pela implementação do Plano de Gestão 2015 - 2017, bem como pela execução das atividades gerais de administração do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
10	Resolução Nº 19.569, de 27 de novembro de 2023	Dispõe sobre a Política de Governança no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).
11	Norma de Procedimentos	Estabelece regras gerais e procedimentos de

	de Controle NPC SPG-01/2023	controles necessários para mitigar riscos atinentes aos processos de monitoramento e de avaliação do Plano Estratégico do TCE-PA.
PLANEJAMENTO		
Nº	Normativo	Disposição
12	Resolução nº 17.794, de 10 de dezembro de 2009, e suas alterações (Resoluções nº 18.718/2015, nº 18.830/2016, nº 19.073/2018 e nº 19.130/2019)	Instituiu o Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) no âmbito do TCE-PA.
13	Portaria nº 29.969, de 27 de julho de 2015	Implanta, no âmbito do TCE-PA, o sistema de Monitoramento do Planejamento (SISPLAN).
14	Manual do Sistema de Planejamento e Gestão do TCE-PA – 3ª edição	Orienta a elaboração dos planos integrantes do Tribunal, quais sejam: Plano Estratégico e Plano de Gestão de forma a contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública.
15	Resolução nº 19.320, de 20 de outubro de 2021	Aprova o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Pará para o período de 2022-2027 e dá outras providências.
16	Ordem de Serviço nº 123, de 25 de novembro de 2019	Dispõe sobre estrutura, prazo e forma de encaminhamento dos Relatórios de Atividades Trimestral e Anual das Unidades de Trabalho do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
17	Ordem de Serviço nº 124, de 25 de novembro de 2019	Dispõe sobre procedimentos de supervisão, controle e monitoramento dos Acordos de Cooperação Técnica no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), firmados com outros órgãos governamentais e entidades civis.
18	Portaria nº 36.972, de 25 de março de 2021	Dispõe sobre procedimentos para avaliação do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
19	Portaria nº 38.451, de 29 de abril de 2022	Constitui as Comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade e designa os responsáveis pelos indicadores do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC – ciclo 2022.
20	Ordem de Serviço nº 47, de 29 de abril de 2022	Dispõe sobre a constituição de Comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade para o Ciclo de Aplicação de 2022 do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC).
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		
Nº	Normativo	Disposição
21	Portaria nº 36.301, de 08 de outubro de 2020	Dispõe sobre o cumprimento de diretrizes para assegurar a proteção de dados pessoais
22	Portaria nº 37.305, de 09 de	Institui o Comitê Gestor de Dados Pessoais no

	agosto de 2021	âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
23	Portaria nº 37.782, de 13 de janeiro de 2022	Aprova Plano de Conformidade à LGPD.
24	Portaria nº 38.110, de 17 de fevereiro de 2022	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor de Dados Pessoais (CGDP)
25	Ordem de Serviço nº 017, de 14 de março de 2022	Dispõe sobre procedimentos de formas de comunicação para divulgação de informações referentes a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).
SUSTENTABILIDADE		
Nº	Normativo	Disposição
26	Resolução nº 19.321, de 27 de outubro de 2021.	Autorizou a adesão do TCE-PA ao Acordo de Cooperação com a Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo.
27	Portaria nº 38.635, de 01 de junho de 2022	Instituiu o Comitê Gestor do Plano de Sustentabilidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará;
28	Portaria nº 38.732, de 23 de junho de 2022	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Plano de Sustentabilidade.
29	Resolução nº 19.456, 01 de novembro de 2022.	Aprova o Plano de Logística Sustentável (PLS 2023 – 2027) do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Fonte: TCE-PA/ Sepge (2023).

1.4 Princípios

O Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) 2023-2027 tem como princípios:

- Alinhamento com objetivos estratégicos;
- Participação ativa dos servidores;
- Integração com a cultura institucional;
- Acesso a recursos tecnológicos;
- Desenvolvimento de habilidades transversais;
- Compartilhamento de conhecimentos e experiências;
- Criação de redes de aprendizagem;
- Foco em resultados e aplicação prática;
- Comunicação clara e transparente;
- Avaliações contínuas;
- Feedbacks construtivos;

- Flexibilidade e adaptabilidade;
- Parcerias estratégicas.

1.5 Diretrizes

- Assegurar que os objetivos do Programa de Capacitação estejam alinhados à missão, visão e valores da instituição, promovendo uma abordagem holística para o desenvolvimento profissional;

- Alinhar o Programa de Capacitação ao Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Pará, garantindo coesão e consistência nas iniciativas de desenvolvimento;

- Envolver todos os servidores da unidade de trabalho nos processos de elaboração, planejamento e execução do programa a fim de garantir relevância e apoio;

- Garantir que todos os servidores tenham acesso equitativo às oportunidades de ações educacionais, promovendo a inclusão e a diversidade;

- Adotar ampla variedade de ações educacionais, como workshops, seminários, cursos presenciais e online, webinários e demais eventos, a fim de atender diferentes estilos de aprendizagem;

- Utilizar mecanismos de colaboração, visando promover a interação entre os participantes, facilitando a troca de conhecimentos e a construção de redes de aprendizagem;

- Incorporar tecnologias inovadoras para facilitar o aprendizado, como plataformas online, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros recursos;

- Incorporar atividades práticas e aprendizado experiencial para reforçar conceitos teóricos, proporcionando aos servidores a oportunidade de aplicar diretamente seus conhecimentos, habilidades e atitudes;

- Estimular a inovação e a criatividade, integrando elementos que promovam a resolução de problemas, pensamento crítico e a aplicação de abordagens inovadoras;

- Estabelecer metas claras e mensuráveis para avaliar a execução do programa;

- Implementar avaliações regulares para mensurar o desenvolvimento dos servidores participantes, identificando áreas de potenciais melhorias e atualizando o programa conforme necessário;

- Desenvolver e fomentar uma cultura setorial que valorize a aprendizagem contínua, incentivando a proatividade dos servidores na busca por conhecimento.

1.6 Resultados Esperados

- Desenvolver habilidades analíticas: ser capaz de coletar, analisar e interpretar dados relevantes para tomar decisões baseadas em evidências e identificar oportunidades de melhoria;
- Promover uma cultura de gestão por resultados: fomentar uma cultura organizacional que valorize a gestão por resultados, incentivando a definição de metas ambiciosas, a busca contínua pela excelência e a prestação de contas pelos resultados alcançados;
- Desenvolver habilidades de liderança: demonstrar capacidade de liderança eficaz, influenciando positivamente a equipe e promovendo a colaboração entre os servidores;
- Ter entendimento claro dos princípios da LGPD, incluindo consentimento, finalidade, minimização de dados e direitos dos titulares dos dados;
- Identificar oportunidades de aplicação da Inteligência Artificial nos processos de gestão;
- Promover, aperfeiçoar e implantar ações voltadas à sustentabilidade na gestão, mitigar os impactos socioambientais e difundir boas práticas, consolidando no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

1.7 Gestão do Programa

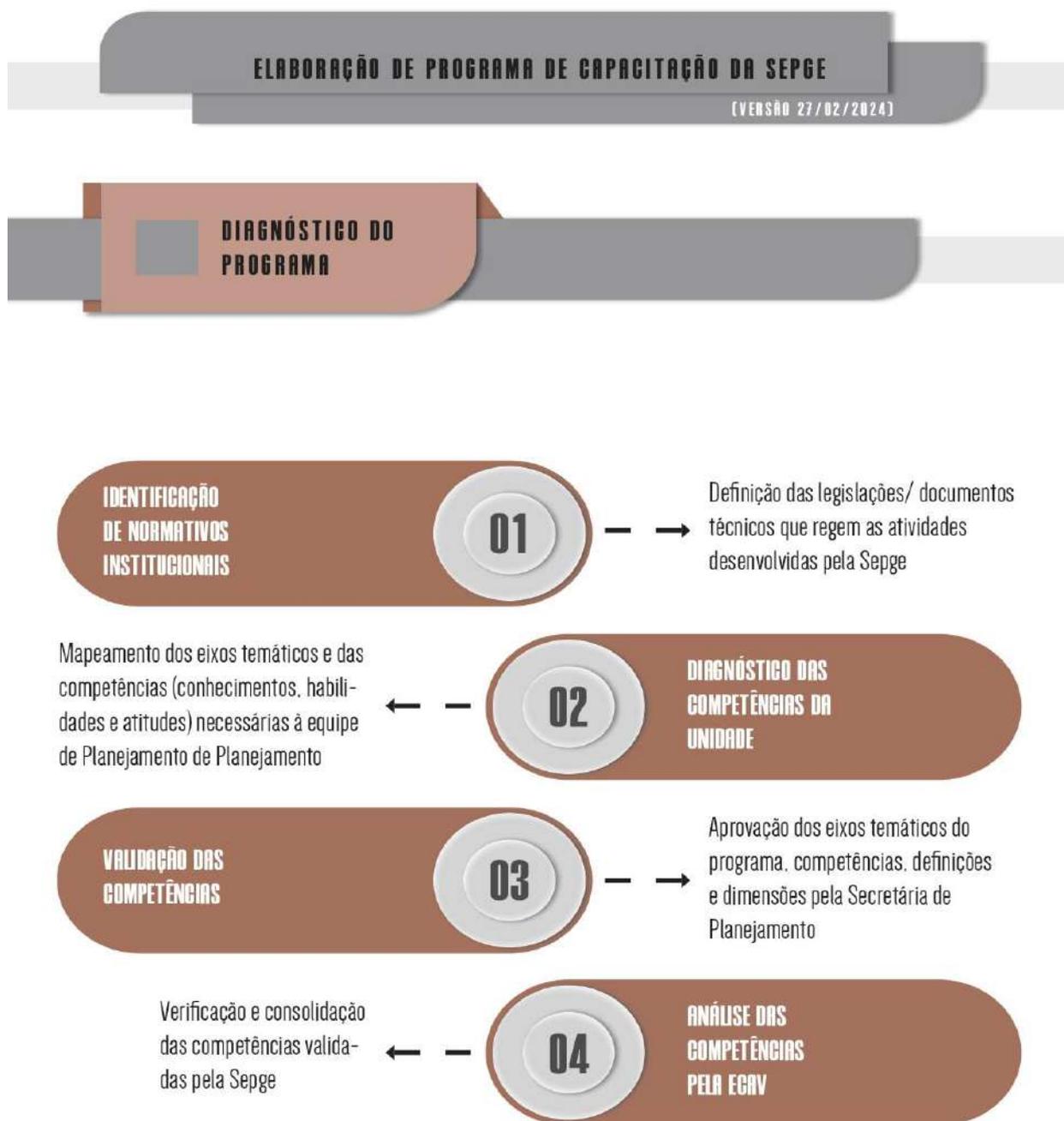
A gestão do Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) 2023-2027 é de competência da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge), sendo responsável pelos processos de elaboração, planejamento, execução, monitoramento, revisão e avaliação do programa.

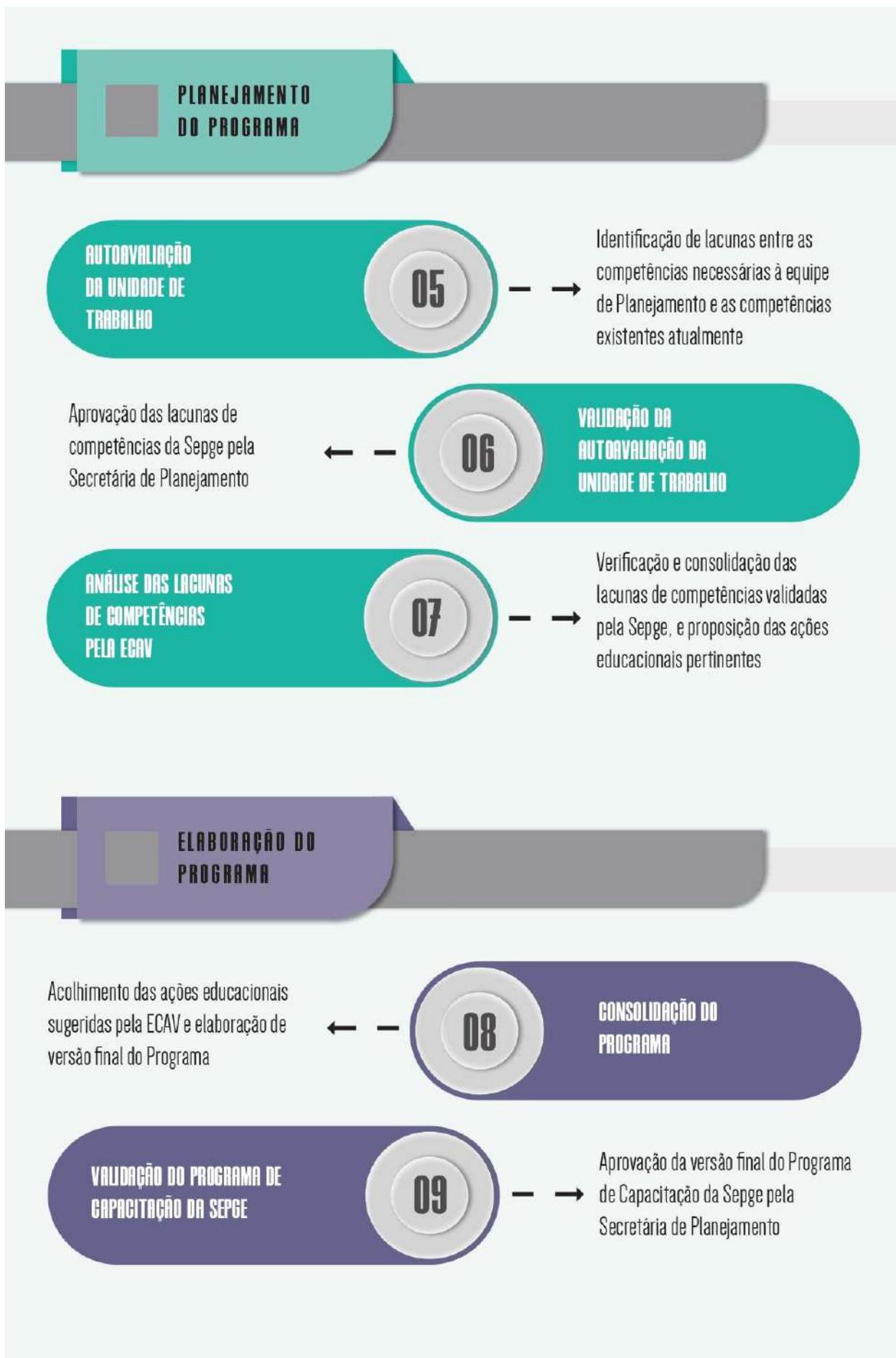
Quanto á estrutura administrativa, o programa contará com um Coordenadoria Geral, que será exercida pela Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, além de curadores designados para cada linha de desenvolvimento prevista no Programa.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

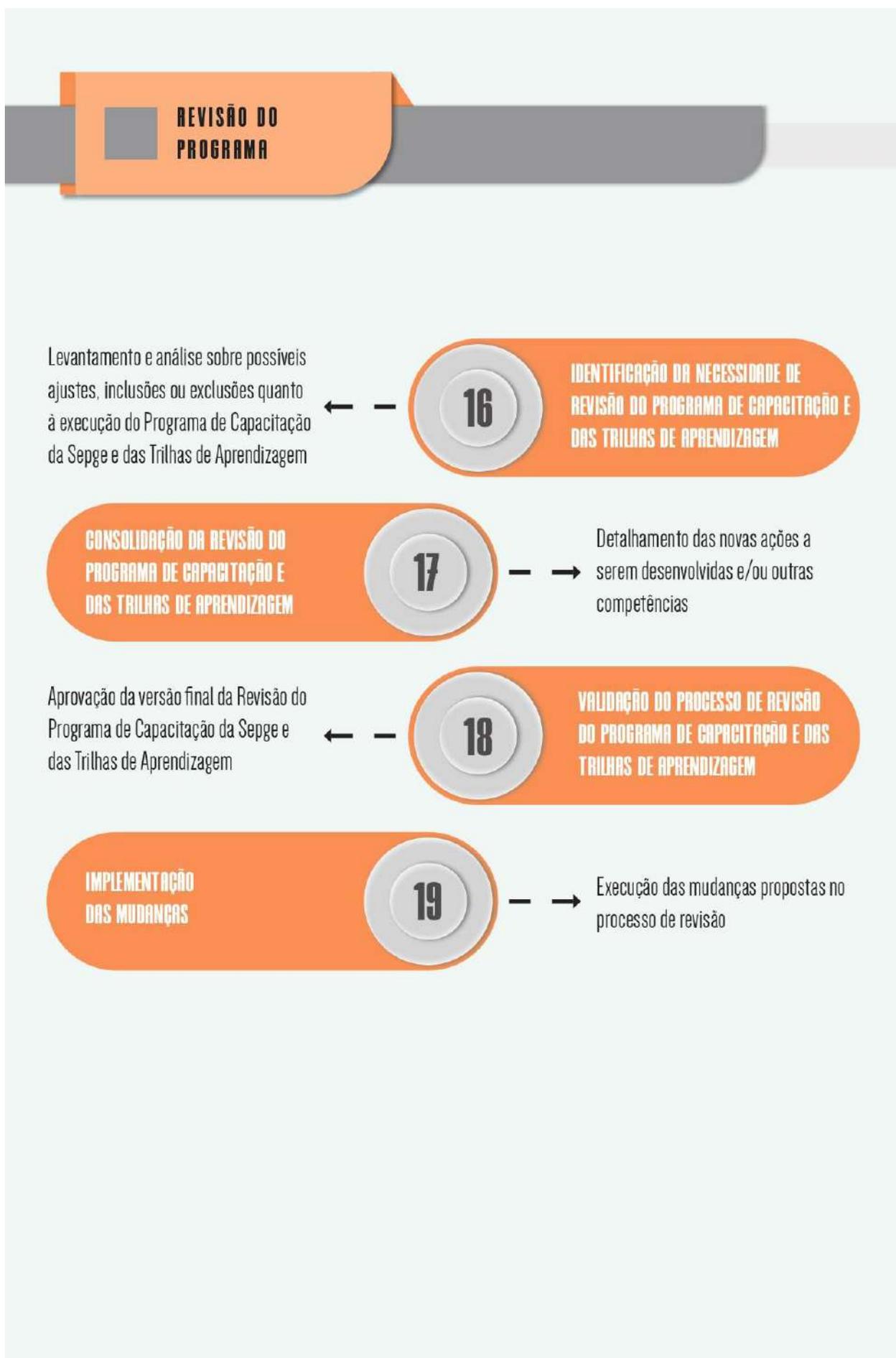
O Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) foi elaborado pelos servidores da referida unidade de trabalho, com base em metodologia repassada pela Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV), com vistas a atender às necessidades de desenvolvimento profissional da equipe da Sepge.

Essa metodologia é composta por etapas bem definidas e estruturadas, a seguir:











3. LINHAS DE DESENVOLVIMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA DO TCE-PA

Para proporcionar melhoria do desempenho da equipe, foi necessário identificar as linhas de desenvolvimento no cerne do Sistema de Planejamento e Gestão. Dessa forma, foram selecionados quatro linhas de desenvolvimento: Governança, Planejamento, LGPD e Transformação Digital, e Sustentabilidade. Aliadas às linhas de desenvolvimento, desenvolve-se também as competências da área e suas respectivas definições, bem como suas dimensões. Essa identificação foi executada pela equipe de Planejamento, conforme a seguir:

3.1 Linha de Desenvolvimento 1: Governança

A governança, no contexto do setor público, consiste em mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para direcionar, monitorar e avaliar a gestão, com objetivo de alcançar os objetivos da instituição. No âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), tem-se como referências o Guia de Governança Pública e o Referencial de Governança do TCE-PA publicados, respectivamente, em 2018 e 2020, que são instrumentos para promoção da governança no âmbito deste Tribunal.

O Guia de Governança Pública, criado a fim de fortalecer a governança interna da instituição, tratou-se de um marco inicial, onde não se buscava englobar a totalidade do tema, mas introduzir os principais conceitos sobre governança, com vistas à sensibilização de gestores e demais servidores da instituição para a importância do debate interno acerca da aplicação dos princípios, mecanismos e melhores práticas de boa governança (TCE-PA, 2018). Para o encadeamento desses elementos no TCE-PA, foi elaborado o Referencial de Governança, que busca delimitar princípios, diretrizes, estrutura e instrumentos de gestão, objetivando assegurar o cumprimento da missão institucional e, por conseguinte, a garantia do atendimento das demandas sociais (TCE-PA, 2022).

Posteriormente, em 27 de novembro de 2023, foi instituída a Política de Governança do TCE-PA através da Resolução nº 19.569, que estabelece um conjunto de regras formais com objetivo de melhorar o ambiente institucional e fortalecer a capacidade de entregar o valor público esperado pela sociedade de forma íntegra, transparente e responsável. Essa política consiste no conjunto de instrumentos e estruturas envolvidos, direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da

instituição (TCE-PA, 2023), e tem como princípios: probidade; legitimidade; confiabilidade; transparência; inovação; prestação de contas; sustentabilidade; efetividade; eficácia; eficiência; capacidade de resposta; responsabilidade organizacional; diversidade; e equidade.

O aprofundamento sobre o tema governança é de extrema importância para os servidores que integram a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do TCE-PA. Ao compreender e analisar os princípios, processos e estruturas da governança no setor público, a unidade de trabalho desempenha um papel estratégico na promoção da eficiência e eficácia das ações governamentais. O conhecimento sobre governança permite identificar lacunas na gestão, identificar riscos e oportunidades, além de orientar a tomada de decisões. A análise da governança também ajuda a identificar melhores práticas que podem ser utilizadas para aprimorar a gestão pública. Portanto, o estudo da governança pelo setor de planejamento do tribunal de contas fortalece a sua capacidade de promover uma atuação efetiva na fiscalização e no assessoramento dos órgãos governamentais, contribuindo para a melhoria da governança e para a prestação de serviços públicos de qualidade à sociedade.

Outro tema que está relacionado à governança é a liderança. Ela é um dos mecanismos de governança, compreendendo um conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da governança (BRASIL, 2017). O Guia de Governança Pública do TCE-PA preconiza que os gestores de órgãos e entidades públicas devem exercer suas funções de modo a servir como modelo para os demais servidores dentro da organização. Para tanto, deve existir, por parte desses gestores, um forte compromisso com a integridade, a legalidade e a ética de suas ações e decisões (TCE-PA, 2018). Por essa razão, a liderança também é necessária para implementar e supervisionar os mecanismos de governança, como comitês de supervisão, conselhos de administração ou outros órgãos de governança. Os líderes são responsáveis por garantir que esses mecanismos funcionem adequadamente e cumpram seu papel na governança da organização.

As ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento Governança estão dispostas nos quadros 2 e 3.

Quadro 2 - Ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento Governança, para a competência Gestão Pública

Linha	Competência da área (setor)	Definição	Dimensões da Competência		
			Conhecimento	Habilidade	Atitude
Governança	Gestão Pública	Acompanhar, monitorar e avaliar a implementação das políticas e a execução de planos, programas, projetos e ações governamentais no âmbito do TCE-PA.	Gestão orçamentária; Avaliação de políticas públicas; Accountability/Integridade; Planejamento estratégico; Planejamento governamental (PPA, LDO e LOA); Planejamento de políticas públicas; Gestão por resultados.	Capacidade de análise de impacto; Articulação institucional; Elaboração de perspectivas de cenários.	Proatividade; Atualizar-se profissionalmente; Agir com iniciativa; Adaptabilidade; Comprometimento; Responsabilidade e cumprimento de prazos.

Fonte: Sepge (2023).

Quadro 3 - Ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento Governança, para a competência Liderança

Linha	Competência da área (setor)	Definição	Dimensões da Competência		
			Conhecimento	Habilidade	Atitude
Governança	Liderança	Desenvolver competências, habilidades e planos de ações de liderança para inspirar, capacitar e influenciar resultados.	Gestão para resultados; Indicadores de desempenho; Coordenação e colaboração em rede; Administração do tempo; Gestão de crise;	Tomada de decisão assertiva; Condução de equipes de alta performance; Promoção de comunicação aberta, transparente, com escrita ativa e de confiança;	Planejamento; Pensamento estratégico; Flexibilidade; Inteligência emocional; Motivação; Inspirar a equipe pelo compartilhamento

			Engajamento de pessoas e equipes;	Pensamento estratégico;	claro de visão, propósito e ideias;
			Inovação e mudança;	Equilíbrio emocional;	Saber delegar;
			Comunicação estratégica;	Capacidade de negociação;	Assumir responsabilidades (e riscos);
			Clima organizacional;	Resolução de conflitos;	Ética profissional.
			Geração de valor para o usuário.	Protagonismo;	
				Alinhamento estratégico;	
				Proposição de inovação.	

Fonte: Sepge (2023).

3.2 Linha de Desenvolvimento 2: Planejamento

No que diz respeito à governança, organizações públicas e privadas compartilham algumas características: a distinção entre a propriedade e a gestão; o planejamento, a execução e o acompanhamento de políticas; a definição de papéis e responsabilidades, fundamental para o alcance dos objetivos contidos naquelas políticas; entre outras. A direção estratégica, o planejamento de resultados seguido do cumprimento de objetivos e uso eficiente e correto dos recursos se constituem nos objetivos essenciais da aplicação do conceito de governança no setor público (TCE-PA, 2018).

Sob o prisma do modelo de administração gerencial, as organizações públicas são demandadas a construir seu planejamento de curto, médio e longo prazo, com definição de objetivos claros e entrega de resultados para a sociedade. Nesse contexto, além dos tradicionais instrumentos de planejamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) instituiu o seu Sistema de Planejamento e Gestão (SPG), que tem como objetivos: instrumentalizar o processo de planejamento; definir as diretrizes, os objetivos e os instrumentos necessários ao desenvolvimento institucional; propor, elaborar, executar, monitorar, avaliar e revisar os planos, programas, orçamentos e projetos; conferir, às ações do TCE, maior efetividade, eficácia e eficiência; integrar/articular as ações desenvolvidas pelas unidades de trabalho do TCE; e promover a articulação das ações do TCE com os demais Poderes e órgãos constitucionais

independentes.

Instituído pela Resolução nº 17.794/2009, o Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) é o conjunto articulado de funções, unidades de trabalho e instrumentos que, por meio de processos e procedimentos, vinculados ao conceito de gestão estratégica, orientam-se permanentemente para o desenvolvimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Pará, tendo como funções o planejamento e programação, a orçamentação, e a pesquisa e informação. O modelo de gestão do Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) para obtenção dos resultados envolve obrigatoriamente as etapas de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão (TCE-PA, 2009).

A Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do TCE-PA desempenha um papel fundamental para esta Corte de Contas, dispondo de um conjunto de conhecimentos específicos para o bom desempenho de suas funções. O tema planejamento é essencial para garantir a eficácia das atividades de fiscalização, controle e auditoria exercidas pelo Tribunal de Contas, permitindo uma abordagem estratégica e sistêmica das ações a serem desenvolvidas. Os servidores que atuam nessa área precisam ter conhecimentos sólidos em métodos e técnicas de planejamento, compreendendo os princípios de gestão estratégica, análise de riscos, definição de indicadores e monitoramento de resultados. Além disso, é necessário dominar aspectos relacionados às normas e leis que regem a atuação do Tribunal de Contas, bem como ter uma compreensão aprofundada das políticas públicas e dos processos administrativos e orçamentários.

Assim, a demanda por capacitação na área de planejamento torna-se fundamental para assegurar a qualidade e a eficiência das atividades realizadas, fortalecendo o papel do órgão no controle dos recursos públicos e na promoção da transparência e da *accountability*.

As ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento Planejamento estão dispostas no quadro 4.

Quadro 4 - Ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento Planejamento

Linha	Competência da área (setor)	Definição	Dimensões da Competência		
			Conhecimento	Habilidade	Atitude
Planejamento	Planejamento Governamental	Coordenar, articular, monitorar e avaliar o processo de planejamento estratégico do Tribunal, bem como desenvolver ações para melhoria da qualidade das metodologias utilizadas no planejamento institucional.	Sistema de planejamento; Plano estratégico; Planos de Gestão; Marco de Medição do Desempenho; Governança interna do TCE-PA; Accountability/ Compliance/ Integridade; Gestão de Riscos por unidades de trabalho; Estruturas organizacionais; Instâncias de governança.	Colaboração e articulação; Comunicação estratégica; Resolução de problemas; Gestão do tempo; Resolução de conflitos; Pensamento estratégico; Análise de impacto e resultado.	Foco de visão do futuro e nos propósitos da organização; Trabalho em rede; Comunicação estratégica; Atualização e aperfeiçoamento do aprendizado; Medição de resultados, metas e indicadores.

Fonte: Sepge (2023).

3.3 Linha de Desenvolvimento 3: Lei Geral de Proteção de Dados e Transformação Digital

A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), entrou em vigor em agosto de 2020. Na esteira de outras, a exemplo do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), da Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2012) e da própria Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a LGPD tem como finalidade regular o tratamento de dados pessoais, nos meios digitais ou físicos, realizado por pessoas naturais ou pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Aplica-se aos Tribunais de Contas de todo o país, que, em razão de suas atribuições constitucionais e legais, realizam a coleta, o acesso e o tratamento de dados pessoais necessários à regular fiscalização dos recursos públicos, bem como de dados pessoais de seus próprios servidores. E pela extensão do seu impacto na operação das empresas e das instituições públicas, a análise, planejamento e adaptação dos processos para seu cumprimento tornou-se imperativo (TCE-PA), 2023.

Considerando a necessidade de instituir diretrizes e ações para o aperfeiçoamento da proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em cumprimento ao disposto na LGPD, estabelece-se a Portaria nº 36.301. de 08 de outubro de 2020, dispondo sobre o cumprimento de diretrizes para assegurar a proteção de dados pessoais na rotina administrativa e finalística do Tribunal que possa afetar a privacidade de seu titular, conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (TCE-PA, 2020).

Através dessa portaria, as atividades administrativas e finalísticas que envolvam coleta, armazenamento, utilização e divulgação de dados pessoais exercidas no âmbito deste Tribunal, inclusive em relação a quaisquer processos que tramitam em razão dessas atividades, deverão obedecer aos parâmetros da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Houve também a expressa vedação aos agentes públicos deste Tribunal, no uso de suas atribuições, a divulgação desnecessária e sem finalidade específica de informações pessoais em expedientes, estudos técnicos, pareceres, manifestações, publicações do Diário Oficial do Estado (DOE), tais como endereço residencial, número de telefone residencial ou de celular, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Registro Geral (RG) da Carteira de Identidade (CI), inscrição do Título de Eleitor, Número de Identificação Social (NIS), número de inscrição no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) ou qualquer outra informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Já em 09 de 2021, por meio da Portaria nº 37.305, foi instituído o Comitê Gestor de Dados Pessoais (CGDP), vinculado à Presidência do Tribunal e presidido pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge), para ser responsável pelo exame dos mecanismos e ferramentas de tratamento e proteção de dados pessoais existentes e pelo acompanhamento e monitoramento de ações voltadas ao seu aprimoramento contínuo, com vistas ao cumprimento das disposições da LGPD.

Nessa via, o conhecimento tanto sobre a LGPD quanto sobre a transformação digital é essencial para impulsionar a inovação e assegurar a conformidade legal, promovendo uma administração pública mais eficiente, segura e orientada às necessidades da sociedade.

As ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento LGPD e Transformação Digital estão dispostas nos quadros 5 e 6.

Quadro 5 - Ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento LGPD e Transformação Digital, para a competência Proteção de Dados

Linha	Competência da área (setor)	Definição	Dimensões da Competência		
			Conhecimento	Habilidade	Atitude
LGPD e Transformação Digital	Proteção de Dados	Proporcionar a adequação e conformidade à LGPD no âmbito do TCE-PA, bem como a proteção da privacidade dos titulares de dados.	<p>O Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados;</p> <p>Políticas de adequação à LGPD;</p> <p>Fundamentos básicos de Segurança da Informação;</p> <p>Política de Segurança da Informação (ISO 27001/27002/27701/27005);</p> <p>Direitos dos titulares e violação de dados pessoais;</p> <p>Gestão de Riscos à Privacidade;</p> <p>Data Mapping (Mapeamento de dados);</p> <p>Data Flow Diagrams (Diagramas de</p>	<p>Compatibilizar dados e informações para análises eficazes;</p> <p>Capacidade de utilizar plataformas de análise;</p> <p>Elaboração de relatórios técnicos, analíticos e estatísticos.</p>	<p>Pensamento estratégico;</p> <p>Comunicação estratégica;</p> <p>Solução proativa de problemas;</p> <p>Trabalho em rede; Colaboração e articulação.</p>

			fluxo de dados);		
			Gestão da Mudança na Era Digital;		
			Ética em Proteção de Dados.		

Fonte: Sepge (2023).

Quadro 6 - Ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento LGPD e Transformação Digital, para a competência Ciência de Dados e Inovação Tecnológica

Linha	Competência da área (setor)	Definição	Dimensões da Competência		
			Conhecimento	Habilidade	Atitude
LGPD e Transformação Digital	Ciência de Dados e Inovação Tecnológica	Agregar valor ao processo de análise a partir do uso de dados, a fim de subsidiar a tomada de decisões.	Linguagens de programação de análise de dados; Visualização de Dados; Data Mining; Estatística e Matemática; Machine Learning (inteligência artificial e automação de algoritmos); Data Preparation (conversão de dados em formatos legíveis para melhor compreensão)	Compreender as diferentes estruturas de bancos de dados, tipos de variáveis e suas escalas de mensuração; Métricas e tomadas de decisão com dados; Manipulação, comunicação e visualização de dados; Construção de algoritmos para desenvolvimento de modelos e implementação de ferramentas para construção colaborativa de estudos e relatórios; Desenvolver projetos de business intelligence e data visualization, bem como construir	Comunicação estratégica; Pensamento estratégico; Capacidade analítica e interpretativa; Gestão da informação; Foco em solução de problemas; Visão sistêmica e estratégica.

dashboards.

Fonte: Sepge (2023).

3.4 Linha de Desenvolvimento 4: Sustentabilidade

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), a dimensão da sustentabilidade foi inicialmente incorporada à identidade organizacional através do Plano Estratégico 2012-2015, principal produto do processo de planejamento estratégico desenvolvido no ano de 2011, contemplando a estratégia global do Tribunal para o alcance dos objetivos traçados e explicita o rumo a ser seguido, priorizando as iniciativas estratégicas a serem executadas (TCE-PA, 2011). Passando a compor o rol de valores da instituição, que são os princípios que devem estar presentes nas ações de cada um de seus membros e servidores, dentro e fora da instituição, a sustentabilidade foi concebida visando primar pela aplicação dos conhecimentos de educação ambiental, incentivando e incorporando práticas socioambientais.

Em seguida, o Plano Estratégico para o período de 2016-2021 visou apresentar o caminho a ser seguido pela organização ao longo do tempo, sendo um processo contínuo e dinâmico, no qual são definidos e revisados os objetivos e ações, para a concretização da missão e visão de futuro da instituição (TCE-PA, 2015). Nele, a sustentabilidade foi inserida como um valor que preconizava adotar boas práticas sob os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Já o Plano Estratégico TCE-PA para o período de 2022-2027 foi elaborado de forma integrada e articulada com os conselheiros, servidores e cidadãos, transformando-se em ferramenta de engajamento e induzindo a uma perspectiva de inovação no cotidiano e na melhoria do desempenho institucional, para cada vez mais e melhor atender a sociedade (TCE-PA, 2022). A sustentabilidade foi mantida como um de seus valores.

Posteriormente, visando a implantação de ações voltadas à sustentabilidade e à logística sustentável na gestão dos partícipes em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Tribunal de Contas do Estado do Pará publicou a Resolução nº 19.321, de 27 de outubro de 2021, que autorizou a Presidência a formalizar a adesão à Rede Legislativo Sustentável, constituída pelo Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados e por outros órgãos do Poder Legislativo, além de entidades da administração pública e da sociedade civil. Na mesma data, o TCE-PA firmou o Termo de Adesão à Rede Nacional de Sustentabilidade no

Legislativo, com o objetivo de promover o intercâmbio de práticas e desenvolvimento de ações voltadas à Gestão Sustentável do Legislativo em âmbito nacional, trocando experiências, informações, pesquisas, tecnologias e ações de sustentabilidade, entre outras ações.

A partir da adesão à Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, e considerando a necessidade de promoção e aperfeiçoamento da gestão pública, de implantação institucional de política de sustentabilidade, de realização de ações integradas relativas à sustentabilidade e à logística sustentável, de redução dos impactos socioambientais, de sensibilização do corpo funcional e de difusão de boas práticas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, foi instituído o Comitê Gestor do Plano de Sustentabilidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará por meio da Portaria nº 38.635, de 01 de junho de 2022.

Sua instituição objetiva realizar o Diagnóstico Sustentável do TCE-PA; propor, formular e conduzir diretrizes inerentes a implementação e melhoria contínua do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TCE-PA; submeter à aprovação do PLS ao Tribunal Pleno; atuar de forma sistêmica podendo propor metas e indicadores que contribuam com o aprimoramento da logística sustentável no Tribunal; elaborar e revisar normas e procedimentos inerentes a Sustentabilidade no TCE-PA; requerer às unidades de trabalho do Tribunal informações necessárias às ações de gestão de logística sustentável; promover a divulgação de boas práticas na área de sustentabilidade; apresentar anualmente resultados e benefícios sociais, econômicos e ambientais alcançados, com as ações constantes do PLS, à sociedade; e coordenar e monitorar a implementação do PLS aprovado.

Ainda em 2022, o Tribunal de Contas apresentou o Diagnóstico de Sustentabilidade, elaborado pelo Comitê Gestor do Plano de Sustentabilidade, uma compilação de dados dos últimos três anos, coletados, estruturados e fundamentados em diversos eixos temáticos, que resultaram em indicadores que mapearam o atual cenário e nortearam o trabalho de elaboração e implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TCE-PA para subsidiar as transformações necessárias e indispensáveis para a gestão.

Em 09 de novembro de 2022, foi publicada no Diário Oficial do estado do Pará a Resolução nº 19.456, a qual Aprova o Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Contas do Estado do Pará para vigência durante os anos de 2023 a 2027, um instrumento de gestão alinhado às estratégias sustentáveis nacionais que visam nortear

e estabelecer práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade nas ações executadas pelo tribunal.

Nesse contexto, o conhecimento da sustentabilidade no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) é de extrema importância, uma vez que a unidade precisa compreender os princípios da sustentabilidade e suas implicações nas políticas de planejamento governamental, habilitando assim que o Tribunal de Contas avalie de forma mais abrangente e criteriosa a gestão dos recursos públicos, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os ambientais e sociais. Ao incorporar critérios sustentáveis em suas análises e recomendações, a Sepge auxilia a promoção da eficiência na alocação de recursos, da redução de desperdícios, da avaliação adequada do impacto ambiental de projetos e programas, e da promoção da transparência e prestação de contas. Dessa forma, o conhecimento da sustentabilidade capacita o Tribunal de Contas a desempenhar um papel fundamental na promoção da governança sustentável e na salvaguarda dos interesses da sociedade.

As ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento Sustentabilidade estão dispostas no quadro 7.

Quadro 7 - Ações educacionais relacionadas à linha de desenvolvimento Sustentabilidade

Linha	Competência da área (setor)	Definição	Dimensões da Competência		
			Conhecimento	Habilidade	Atitude
Sustentabilidade	Gestão Pública Sustentável	Alinhar as estratégias sustentáveis nacionais às atividades executadas pelo Tribunal, a fim de promover, aperfeiçoar e implantar ações voltadas à sustentabilidade na gestão.	Políticas e estratégias de sustentabilidade; Instrumentos para a gestão racional dos recursos; Gerenciamento de resíduos; Gestão ambiental no serviço público; Sustentabilidade Ambiental; Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento	Gestão de projetos; Análise de impacto; Capacidade de análise crítica; Articulação institucional.	Liderança e resolução de problemas; Proatividade, colaboração e trabalho em equipe; Criatividade e dinamismo.

			Sustentável; Cidades Sustentáveis; Compras Sustentáveis; Contratações públicas sustentáveis; Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).		
--	--	--	--	--	--

Fonte: Sepge (2023).

4. LACUNAS DE COMPETÊNCIAS DE CADA LINHA E RESULTADOS ESPERADOS

Lacunias de competência são as áreas em que uma pessoa ou uma organização apresentam deficiências ou falta de habilidades necessárias para realizar determinadas tarefas ou alcançar objetivos específicos. Essas lacunas podem surgir devido a uma variedade de razões, como mudanças nas demandas do mercado, avanços tecnológicos, falta de treinamento adequado, falta de recursos ou uma combinação desses fatores.

Dentro de uma instituição, as lacunas de competência surgem quando a equipe não possui as habilidades, conhecimentos ou recursos necessários para alcançar os objetivos desejados. Identificar as lacunas de competência é um passo importante para o desenvolvimento pessoal e profissional, assim como para o crescimento organizacional. Quando as lacunas são identificadas, medidas podem ser tomadas para superá-las. Isso pode incluir o desenvolvimento de um plano de treinamento para preencher as lacunas de habilidades, como este Programa de Capacitação.

É de extrema importância identificar as lacunas de competência do setor de planejamento do Tribunal de Contas. Isso permite que a unidade compreenda quais são as áreas em que há necessidade de desenvolvimento de conhecimentos, habilidade e atitudes para o cumprimento eficiente de suas responsabilidades e alcance das metas institucionais. Ao identificar essas lacunas, a Sepge pode criar estratégias para preenchê-las em parceria estratégica com a escola de contas.

Nesse diapasão, se faz necessário acrescentar sobre os resultados desejados. Estabelecer resultados claros é de fundamental importância quando se trata de sanar lacunas de competências. Ao definir objetivos específicos, torna-se possível direcionar esforços e recursos de maneira eficiente, concentrando-se nas áreas que necessitam de desenvolvimento. Metas bem estabelecidas oferecem um senso de direção e propósito, motivando os indivíduos a adquirir novas habilidades e conhecimentos para preencher as lacunas identificadas. Além disso, ao definir resultados mensuráveis, é possível avaliar o progresso e o sucesso na superação dessas deficiências, permitindo ajustes necessários ao longo do caminho. As metas e resultados oferecem um quadro claro de referência, orientando o desenvolvimento contínuo e aprimorando a eficácia das ações tomadas para solucionar as lacunas de competências existentes.

A seguir são apresentadas as lacunas de competência identificadas pela Sepge, que deverá ser trabalhada ao longo da execução deste Programa de Capacitação bem como resultados esperados para a unidade de trabalho.

Quadro 8 - Lacunas de competências e resultados esperados para a linha de desenvolvimento Governança, competência Gestão Pública

LINHA GOVERNANÇA	LACUNAS DE COMPETÊNCIA	RESULTADOS ESPERADOS
GESTÃO PÚBLICA	Introdução ao Orçamento Público Estadual; Análise e gestão por resultados; Planejamento e avaliação de políticas públicas; Elaboração de matriz de grau de maturidade ou conformidade; Construção de Painéis para Análise de Dados; Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Pará (SIAFE); Ferramentas e metodologias de planejamento estratégico; Introdução ao Direito	Aprimorar a gestão financeira e orçamentária: ser capaz de elaborar e gerenciar orçamentos de forma eficiente, garantindo o uso adequado dos recursos públicos e alcançando resultados financeiros positivos. Aprofundar o conhecimento sobre políticas públicas e legislação: demonstrar compreensão abrangente das políticas públicas relevantes, bem como do quadro legal e regulatório em que a gestão pública está inserida, aplicando esse conhecimento na tomada de decisões. Estabelecer indicadores de desempenho relevantes: identificar e definir indicadores-chave de desempenho alinhados aos

	<p>Constitucional;</p> <p>O Poder Legislativo Estadual;</p> <p>Técnica legislativa;</p> <p>Construção e análise de indicadores;</p> <p>Análise e gestão de processos.</p>	<p>objetivos estratégicos da organização, permitindo o acompanhamento e a mensuração do progresso.</p>
--	---	--

Fonte: ECAV e Sepge (2023).

Quadro 9 - Lacunas de competências e resultados esperados para a linha de desenvolvimento Governança, competência Liderança

LINHA GOVERNANÇA	LACUNAS DE COMPETÊNCIA	RESULTADOS ESPERADOS
LIDERANÇA	<p>Comprometimento com os planos de ação;</p> <p>Gestão de conflitos e confiança uns nos outros;</p> <p>Competências de liderança;</p> <p>Criatividade e inovação organizacional;</p> <p>Comunicação estratégica;</p> <p>Gestão de inovação e mudança;</p> <p>Gestão da informação;</p>	<p>Desenvolver competências em comunicação estratégica: demonstrar habilidades de comunicação eficaz, tanto na escrita quanto na oralidade, transmitindo informações de forma clara, concisa e adaptada ao público-alvo.</p> <p>Implementar políticas e procedimentos de governança da informação. Estabelecer políticas e procedimentos claros para a gestão da informação, abordando aspectos como privacidade, segurança, retenção, descarte e compartilhamento de informações, garantindo o cumprimento das regulamentações e requisitos legais.</p> <p>Desenvolver habilidades em identificação de oportunidades de inovação: ser capaz de identificar oportunidades de inovação tanto internamente, por meio da análise de processos e necessidades da organização, quanto externamente, por meio de análise de tendências e demandas.</p>

		Desenvolver habilidades em gestão de projetos de inovação: ser capaz de gerenciar projetos de inovação, incluindo o planejamento, a alocação de recursos, o monitoramento do progresso e a avaliação dos resultados obtidos.
--	--	--

Fonte: ECAV e Sepge (2023).

Quadro 10 - Lacunas de competências e resultados esperados para a linha de desenvolvimento Planejamento

LINHA PLANEJAMENTO	LACUNAS DE COMPETÊNCIA	RESULTADOS ESPERADOS
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	<p>Design Thinking aplicado à resolução de problemas;</p> <p>Análise de resultados;</p> <p>Modelagem de indicadores estratégicos;</p> <p>Elaboração de planos de ação;</p> <p>Gestão de riscos nas contratações públicas;</p> <p>Análise estatística;</p> <p>Gestão de riscos setoriais;</p> <p>Governança pública;</p> <p>Métodos e estruturas organizacionais.</p>	<p>Estabelecer processos e metodologias de gestão da inovação: implementar processos estruturados de gestão da inovação, como design thinking ou desenvolvimento ágil, para gerir o ciclo de vida das ideias, desde a concepção até a implementação.</p> <p>Desenvolver habilidades em gestão de riscos e incertezas: ser capaz de identificar e gerenciar os riscos e incertezas inerentes aos processos de inovação, aplicando ferramentas e estratégias adequadas para mitigar os impactos negativos.</p> <p>Desenvolver habilidades em modelagem de indicadores estratégicos: ser capaz de identificar os principais indicadores de desempenho alinhados aos objetivos estratégicos da organização, definindo métricas relevantes e estabelecendo metas mensuráveis.</p> <p>Elaborar planos de ação alinhados aos indicadores estratégicos: ser capaz de desenvolver planos de ação detalhados, definindo atividades, responsabilidades, prazos e recursos necessários para alcançar as metas estabelecidas nos indicadores estratégicos.</p>

		<p>Realizar análise estatística dos dados: dominar técnicas estatísticas relevantes para analisar dados, identificar padrões, tendências e correlações, fornecendo insights para a tomada de decisões embasadas em evidências.</p> <p>Aplicar ferramentas estatísticas para aprimorar processos: utilizar técnicas estatísticas, como análise de regressão, análise de variação, teste de hipóteses e controle estatístico de processos, para identificar oportunidades de melhoria e otimização dos processos organizacionais.</p> <p>Desenvolver habilidades em visualização de dados: ser capaz de apresentar dados de forma visualmente atraente e compreensível, utilizando gráficos, dashboards e outras ferramentas de visualização para transmitir informações de maneira clara e impactante.</p> <p>Realizar monitoramento e avaliação contínua dos indicadores: implementar processos eficazes de monitoramento e avaliação dos indicadores estratégicos, realizando análises periódicas, identificando desvios, propondo ações corretivas e ajustando os planos de ação conforme necessário.</p>
--	--	---

Fonte: ECAV e Sepge (2023).

Quadro 11 - Lacunas de competências e resultados esperados para a linha de desenvolvimento LGPD e Transformação Digital, competência Proteção de Dados

LINHA LGPD E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	LACUNAS DE COMPETÊNCIA	RESULTADOS ESPERADOS
<p>PROTEÇÃO DE DADOS</p>	<p>Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei de Acesso à Informação (LAI), transparência e segurança da informação;</p> <p>Avaliação de mecanismos de tratamento e proteção de dados pessoais;</p> <p>Elaboração e análise de Matriz de Risco de Privacidade;</p> <p>Elaboração e análise de Relatório de impacto de proteção de dados;</p> <p>Auditoria e Avaliação de Riscos de Privacidade e Proteção de Dados;</p> <p>Gestão de dados;</p> <p>Papel e responsabilidade do Encarregado;</p> <p>Sanções e multas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).</p>	<p>Implementar com efetividade políticas e procedimentos internos de proteção de dados: implementação das políticas e procedimentos internos alinhados à LGD com a definição de responsabilidades, práticas de coleta e tratamento de dados, medidas de segurança e resposta a incidentes de segurança.</p> <p>Compreender a Lei de Acesso à Informação (LAI) e seus princípios: adquirir conhecimento sobre a LAI, seus princípios, diretrizes e obrigações legais para os órgãos públicos. Compreender o direito do cidadão ao acesso à informação, os procedimentos para solicitação e divulgação de informações públicas.</p> <p>Desenvolver procedimentos e políticas de transparência: estabelecer procedimentos claros e políticas internas para garantir a transparência ativa e passiva no TCE-PA. Criar diretrizes para a divulgação proativa de informações de interesse público, como orçamentos, gastos, contratos, salários, entre outros. Definir processos para o tratamento de solicitações de informações.</p> <p>Ter segurança quanto aos aspectos técnicos da transformação digital: aquisição habilidades técnicas relacionadas à transformação digital, como uso de ferramentas de automação, análise de dados, segurança cibernética e gerenciamento de projetos digitais.</p> <p>Promover a cultura de inovação e adaptabilidade: fomentar cultura</p>

		organizacional que valorize a inovação e a adaptabilidade às mudanças digitais.
--	--	---

Fonte: ECAV e Sepge (2023).

Quadro 12 - Lacunas de competências e resultados esperados para a linha de desenvolvimento LGPD e Transformação Digital, competência Ciência de Dados e Inovação Tecnológica

LINHA LGPD E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	LACUNAS DE COMPETÊNCIA	RESULTADOS ESPERADOS
CIÊNCIA DE DADOS E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	<p>Linguagem de programação R (auxilia na coleta, tratamento e transformação de dados estatísticos);</p> <p>Power BI;</p> <p>Estatística descritiva;</p> <p>Introdução à Ciência de Dados;</p> <p>Gestão de Dados Abertos;</p> <p>Inovação em Inteligência Artificial (I.A.) nos processos de gestão;</p> <p>Inovação em melhoria da jurisprudência do TCE-PA;</p> <p>Macroprocessos da instituição.</p>	<p>Aprender uma nova linguagem de programação: ser capaz de programar em R. Ser capaz de escrever código para manipular dados, criar modelos de aprendizado de máquina e realizar análises estatísticas.</p> <p>Aprimorar as habilidades de visualização de dados: ser capaz de criar visualizações eficazes e atraentes de dados usando a ferramenta Power BI. Comunicar informações e insights de forma clara e impactante por meio de gráficos, mapas e dashboards interativos.</p> <p>Identificar oportunidades de aplicação da I.A. nos processos de gestão: ser capaz de identificar áreas onde a I.A. pode trazer benefícios. Desenvolver um olhar crítico para identificar oportunidades de aplicação da I.A. no contexto do TCE-PA.</p> <p>Integrar a I.A. nos processos de tomada de decisão: utilizar a I.A. como ferramenta para auxiliar na tomada de decisões estratégicas. Ser capaz de interpretar os resultados fornecidos por algoritmos de I.A. e transformá-los em insights acionáveis. Integrar dados e</p>

		<p>informações provenientes da IA com outros elementos relevantes para a tomada de decisão.</p> <p>Aprender a visualizar dados de forma descritiva: dominar técnicas de visualização de dados. Ser capaz de criar gráficos adequados para descrever e explorar características dos dados.</p> <p>Aplicar a estatística descritiva em problemas reais do TCE-PA: ser capaz de identificar problemas do tribunal que podem ser abordados com a estatística descritiva. Aplicar as técnicas e ferramentas aprendidas para analisar e descrever conjuntos de dados relevantes nas diferentes áreas de atuação do tribunal.</p> <p>Desenvolver um programa de inovação para melhoria da jurisprudência: criar um programa estruturado de inovação para aprimorar a jurisprudência do TCE-PA. Definir diretrizes e metodologias para identificar lacunas, analisar casos, promover mudanças e avaliar os resultados obtidos.</p> <p>Estabelecer um processo claro e transparente para incorporar novas abordagens, tecnologias e perspectivas na construção da jurisprudência.</p> <p>Mapear os macroprocessos existentes no TCE-PA: identificar e mapear todos os macroprocessos executados no tribunal. Compreender como esses processos estão interconectados e entender as atividades envolvidas em cada um deles.</p>
--	--	--

Fonte: ECAV e Sepge (2023).

Quadro 13 - Lacunas de competências e resultados esperados para a linha de desenvolvimento Sustentabilidade

LINHA SUSTENTABILIDADE	LACUNAS DE COMPETÊNCIA	RESULTADOS ESPERADOS
GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL	<p>Nova Lei de Licitações com ênfase em compras sustentáveis;</p> <p>Gestão de alto desempenho para equipes híbridas;</p> <p>Gestão da logística no setor público;</p> <p>Inovação e sustentabilidade na gestão;</p> <p>Agenda 2030 e A3P.</p>	<p>Estabelecer critérios e diretrizes para compras sustentáveis: desenvolver critérios e diretrizes internas para a implementação de compras sustentáveis, alinhadas com a nova Lei de Licitações. Definir requisitos socioambientais que devem ser considerados nas licitações, como eficiência energética, redução de emissões de gases de efeito estufa, uso de materiais reciclados ou de origem sustentável, entre outros.</p> <p>Avaliar a situação atual da gestão da logística: realizar uma análise detalhada da situação atual da gestão da logística no TCE-PA. Identificar as lacunas, ineficiências e oportunidades de melhoria existentes, incluindo processos de aquisição, armazenamento, distribuição e controle de materiais.</p> <p>Avaliar a situação atual da gestão de equipes híbridas: realizar uma análise detalhada da situação atual da gestão de equipes híbridas no Tribunal de Contas do Estado do Pará. Identificar as lacunas existentes, desafios e oportunidades de melhoria em relação à gestão de equipes que trabalham em formato presencial e remoto.</p> <p>Estimular a cultura de inovação e criatividade: criar um ambiente de trabalho que estimule a cultura de inovação e criatividade no Tribunal de Contas. Encorajar os gestores e as unidades de trabalho a pensar de forma criativa, sugerir ideias inovadoras e buscar soluções para os desafios.</p>

		<p>Monitorar e avaliar o desempenho logístico: estabelecer indicadores-chave de desempenho para monitorar e avaliar o desempenho logístico. Medir a eficiência, a qualidade e a precisão dos processos logísticos, como o tempo de entrega, a taxa de sucesso nas aquisições, o índice de devoluções, entre outros. Identificar oportunidades de melhoria e tomar ações corretivas quando necessário.</p> <p>Desenvolver e implementar um plano de ação para a Agenda 2030 e A3P: elaborar um plano de ação abrangente para integrar os princípios da Agenda 2030 e da A3P na gestão do Tribunal de Contas. Definir metas específicas alinhadas aos ODS, identificar ações concretas a serem implementadas e estabelecer prazos para alcançar essas metas.</p>
--	--	--

Fonte: ECAV e Sepge (2023).

5. TIPOS DE EVENTOS DE APRENDIZAGEM

Eventos de aprendizagem são atividades ou ocasiões organizadas com o objetivo principal de promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em um determinado assunto, área de interesse ou contexto específico. Esses eventos são projetados para facilitar o processo de aprendizagem, proporcionando oportunidades de interação, exploração, prática e reflexão aos participantes.

Para o desenvolvimento do Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) 2023-2027, os eventos de aprendizagem serão ofertados sob duas categorias: ações formais e ações não-formais. As ações de treinamento formais são estruturadas e promovidas pela Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV), a qual se destina a promover cursos, seminários, congressos, simpósios, eventos, estudos e atividades similares, objetivando a capacitação, a qualificação, o aperfeiçoamento, o treinamento, a especialização dos serviços desta Corte de Contas, dos agentes públicos e dos servidores de instituições públicas e privadas.

Já as ações de treinamento não- formais são aquelas que não seguem um currículo ou programa de estudo estruturado, e podem ou não ser conduzidas por instituições educacionais formais. Essas atividades são mais flexíveis e informais em sua abordagem, muitas vezes ocorrendo de maneira espontânea e adaptativa às necessidades individuais ou organizacionais. Neste programa, as ações estarão disponibilizadas em trilhas de aprendizagem.

6. INFRAESTRUTURA

Para a operacionalização do Programa de Capacitação, será disponibilizada a infraestrutura física e tecnológica da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge), além de espaços existentes no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como auditório e biblioteca, e/ou disponibilizados por outras unidades, como salas de aula, sala de treinamentos, salas de reuniões, etc.

7. RECURSOS FINANCEIROS

A execução do Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) 2023-2027 será custeada com recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

8. TRILHAS DE APRENDIZAGEM DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

As trilhas de aprendizagem são caminhos alternativos e flexíveis para promover o desenvolvimento pessoal e profissional, onde são disponibilizados cursos, eventos, oficinas, artigos, vídeos, podcasts e outros formatos de materiais. Desse modo, ao fomentar a autonomia e protagonismo do servidor, as trilhas se mostram especialmente interessantes para o desenvolvimento de competências.

O referencial teórico de formação básica destinada à Secretaria de Planejamento e Gestão (Sepge) é utilizado como forma de definição de competência elaborado pela própria Secretaria.

8.1 Avaliação

8.1.1 Avaliação de Reação

Trata-se de uma forma de medir o nível de receptividade dos servidores às ações educacionais promovidas pelo Programa de Capacitação medindo, de forma quantitativa e qualitativa, como foi a aceitação do conteúdo do treinamento pelos servidores e avaliar os resultados obtidos a partir dele, permitindo assim identificar quaisquer necessidades de aprendizagem não atendidas, fornecer subsídios de como o treinamento pode ser melhorado e diagnosticar barreiras de aprendizado.

Faz-se importante abordar questões como a relevância e interesse pelo tema, alinhamento com objetivos, aquisição de conhecimento, aplicação prática, satisfação do servidor participante, impacto nos resultados e feedback da chefia imediata.

8.1.2 Avaliação de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é o processo de coletar informações e evidências para determinar o progresso, o desempenho e o alcance dos objetivos de aprendizagem por servidores participantes das ações educacionais promovidas pelo Plano, fornecendo um feedback às partes interessadas sobre o que foi aprendido, como foi aprendido e em que medida os objetivos foram alcançados.

A fim de detectar vantagens e desvantagens durante a gestão do aprendizado, oferecer instrumentos de feedback e permitir traçar mudanças de rota na estratégia pedagógica, a avaliação de aprendizagem será definida a partir da especificidade e natureza das ações educacionais, bem como dos objetivos que se deseja atingir.

8.1.3 Avaliação de Impacto

A avaliação de impacto visa determinar se o programa de capacitação atingiu seus objetivos e teve um efeito positivo e mensurável sobre os servidores e a instituição como um todo, envolvendo a análise dos efeitos diretos e indiretos das ações educacionais nos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores participantes, bem como nos resultados organizacionais mais amplos.

Esta avaliação será feita pela Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) a cada semestre, após a conclusão das ações educacionais previstas, a fim de

mensurar a influência que a ação exerceu sobre o comportamento do servidor.

8.2 Formas de Divulgação

As ações educacionais constantes neste Programa de Capacitação serão amplamente divulgadas aos servidores da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge), utilizando-se a mídia eletrônica, como e-mail institucional, grupos de discussão, intranet.

8.3 Critérios Gerais para Inscrição

Os critérios para inscrição em ações de capacitação podem variar dependendo da instituição, do tipo de curso e do objetivo deste Programa de Capacitação. Conforme a natureza do evento, poderão ser definidos critérios específicos de inscrição.

9. Programação dos Eventos de Aprendizagem

2023				
Cursos	Carga Horária	Instituição	Mês	Modalidade
SIAFE EXECUÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL E GESTÃO CONTÁBIL TURMA B	20h	EGPA	Fevereiro	Presencial
CURSO DE AUDITORIA FRONTEIRAS E TENDÊNCIAS DO CONTROLE EXTERNO NO BRASIL EDIÇÃO 1	20h	TCE-PA	Junho	Presencial
CURSO GOVERNANÇA PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE	16h	Editores Fórum	Julho	Online
REDAÇÃO TÉCNICA TÉCNICAS DE ARGUMENTAÇÃO QUALIDADE NAS INSTRUÇÕES RELATÓRIOS PARECERES E VOTOS EM PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO EDIÇÃO 1	22h	TCE-PA	Agosto	Presencial
CURSO TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A ADMINISTRAÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA O FUTURO NÃO É MAIS COMO ERA ANTIGAMENTE MÓDULO I	16h	Editores Fórum	Agosto	Online
CURSO DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA RECONSTRUÇÃO DO ESTADO SOCIAL	16h	Editores Fórum	Setembro	Online

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA 2023-

BRASILEIRO				
CURSO INTRODUÇÃO À GESTÃO DE RISCOS	40h	ENAP	Setembro	Online
CURSO ESG A AGENDA DE 2030 NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	16h	Editores Fórum	Outubro	Online
CURSO TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA O FUTURO NÃO É MAIS COMO ERA ANTIGAMENTE MÓDULO II	16h	Editores Fórum	Outubro	Online
CURSO CICLO DE GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO	20h	ENAP	Outubro	Online

2023				
Eventos	Carga Horária	Instituição	Mês	Modalidade
II LABORATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS LABTCS	16h	TCE- MS	Junho	Presencial
37º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	40h	IBDA	Setembro	Presencial
VIII ENCONTRO NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE DA JUSTIÇA DO TRABALHO IDENTIDADES TRILHAS E HORIZONTE	24h	TRT 8ª Região	Dezembro	Presencial
III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	33h	Atricon	Dezembro	Presencial

2024				
Eventos Previstos	Carga Horária	Instituição	Mês	Modalidade
Congresso “O Ministério Público e a COP 30: Perspectivas e Desafios”	16h	MP-PA	Março	Presencial
Seminário Excelência em contratações públicas sustentáveis e inovadoras	20h	Excelência Educação	Março	Presencial
I Congresso Nacional da Defensoria Pública para o Meio Ambiente: A missão da Defensoria Pública para a proteção socioambiental da Amazônia, desafios, perspectivas e contribuições para a COP30”	27h	DP-PA	Março	Presencial
1º Fórum de Compras Públicas	8h	IRB	Abril	Presencial
3º Congresso Nacional de Controle da Administração Pública	20h	IDGP	Abril	Presencial
3º Encontro Cidades da Amazônia e do Brasil	27h	Laboratório da Cidade	Abril	Presencial
Treinamento do MMD-TC – Comissões dos	20h	Atricon	Maior	Presencial

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA 2023-

TCs e da Atricon				
11° Fórum TCE-PA e Jurisdicionados	16h	TCE-PA	Junho	Presencial
Encontro Nacional dos Tribunais de Contas	27h	Atricon	Novembro	Presencial

ANEXO 1- Formação básica destinada à Secretaria de Planejamento e Gestão (Sepge)

Linha de Desenvolvimento Governança

LINHA GOVERNANÇA			
GESTÃO PÚBLICA			
Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	LINK
1	Gestão Orçamentária e Financeira	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/257
2	Introdução ao Orçamento Público	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/116
3	Orçamento Público	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/296
4	Básico em Orçamento Público	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/115
5	Educação Fiscal -Orçamento e Coesão Social	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/184
6	Palestra Noções de Direito Financeiro: Introdução ao Orçamento Público	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	https://egp.tce.pr.gov.br/Home/CursoDetalhe?idInscricao=921
7	Palestra Noções de Direito Financeiro: Entendendo as Despesas Públicas	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	https://egp.tce.pr.gov.br/Home/CursoDetalhe?idInscricao=926
8	Palestra Noções de Direito Financeiro: entendendo Receitas Públicas	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	https://egp.tce.pr.gov.br/Home/CursoDetalhe?idInscricao=923
9	Palestra Noções de Direito Financeiro: Atividade Financeira do Estado	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	https://egp.tce.pr.gov.br/Home/CursoDetalhe?idInscricao=920
10	Inovação Social para o Aperfeiçoamento das Políticas Públicas	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/234
11	Métodos e Ferramentas para Inovação em Políticas Públicas	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/664
12	Nova Lei de Licitações: planejamento e governança	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/443
13	Avaliação de Impacto de Programas e Políticas Sociais	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/98
14	Palestra O Papel da Avaliação de Controles Internos no âmbito da Governança Pública	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	https://egp.tce.pr.gov.br/Home/CursoDetalhe?idInscricao=478
15	Palestra O que são Políticas Públicas?	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	https://egp.tce.pr.gov.br/Home/CursoDetalhe?idInscricao=1022
16	Controle da Formulação de Políticas Públicas	Instituto Serzedelo Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:204144

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA 2023-

17	Controle da Implementação de Políticas Públicas	Instituto Serzedelo Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:204145
18	Controle de Resultados em Políticas Públicas	Instituto Serzedelo Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:204146
19	Economia aplicada às Políticas Públicas	Instituto Serzedelo Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:204206
20	Estatística para análise de dados na Administração Pública	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/930
21	Governança de dados	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/270
22	Análise de dados: uma leitura crítica das informações	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/764
23	Análise de dados como suporte à tomada de decisão	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/406
24	Planejamento Governamental	Instituto Serzedelo Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:201137
25	Estruturas da Gestão Pública - ISC	Instituto Serzedelo Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:201658
26	Elaboração de indicadores de Desempenho Institucional	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/604
27	Avaliação estratégica de Governo	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/483
28	Avaliação da qualidade de serviços como base para gestão e melhoria de serviços	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/368

CURSO PRESENCIAL

Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	OFERTA
29	Siafe Execução Orçamentária e Patrimonial e Gestão Contábil	Escola de Governança Pública do Estado do Pará	Fevereiro de 2023
30	VII Congresso Internacional de Controle de Políticas Públicas	-	Março de 2023
31	Curso Governança, Gestão de Riscos e os Controles Internos no Setor Público	Inove	Abril de 2023
32	II Seminário MP de Contas Federalismo E Renúncia Fiscal e Sociedade:	Ministério Público de Contas do Estado do Pará e Escola de Contas Alberto Veloso	Abril de 2023
33	Diálogos sobre a Carreira de Auditor de Controle Externo do TCE-PA	Escola de Contas Alberto Veloso	Abril de 2023
34	Palestra Questões Fundamentais de Ética Contemporânea	Escola de Contas Alberto Veloso	Mai de 2023

CURSO HÍBRIDO			
Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	OFERTA
35	Direito e políticas públicas na reconstrução do Estado social brasileiro	Editora Fórum	Setembro de 2023

LINHA GOVERNANÇA			
LIDERANÇA			
Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	LINK
36	Liderança e Gestão de Equipes	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/373
37	e-Liderança: como gerenciar e liderar equipes em ambientes remotos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/773
38	Curso Online Conhecimentos Básicos para uma Boa Gestão	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	https://ava.tcees.tc.br/enrol/index.php?id=664
39	Curso Desenvolvimento de Equipes	Instituto Serzedelo Corrêa	https://saberes.senado.leg.br/course/index.php?categoryid=304
40	A Liderança Pública em Tempos de Crise	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/299
41	Comunicação não-violenta	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/463
42	Primeiros Passos para uso de Linguagem Simples	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/315
43	Reuniões Produtivas	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/790
44	Fundamentos de Segurança da Informação na Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/916
45	Segurança da Informação no Contexto da Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/378
46	Governança de Dados	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/270
47	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental -	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/73
48	Desenvolvendo Times de Alta Performance	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/356
49	Gestão Pessoal: Base da Liderança	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/163
50	Planejamento e Organização pessoal no Trabalho	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/475
51	Mindfulness para redução de ansiedade no trabalho	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/672

CURSO PRESENCIAL			
Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	OFERTA
52	Workshop Os 7 Hábitos Das Pessoas Altamente Eficazes	Franklin Covey	Abril de 2023

Linha de Desenvolvimento Planejamento

LINHA PLANEJAMENTO			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL			
Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	LINK
1	Princípios do Design Thinking e Inovação em Governo	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/326
2	Era Digital, Planejamento Estratégico Inovação na Gestão Pública	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/768
3	Ágil no contexto do serviço público	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/317
4	Cultura Organizacional Ágil aplicada ao contexto Público - ENA	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/525
5	Criatividade e Inovação aplicada ao Serviço Público	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/467
6	Gestão da Inovação no Serviço Público	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/416
7	Introdução à Gestão de Riscos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/923
8	Gestão de Riscos em processos de Trabalho (segundo COSO)	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/300
9	Gestão Estratégica e execução do plano de governo do dia a dia	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/496
10	Planejamento Estratégico para Organizações Públicas	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/107
11	Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/604
12	Estatística para análise de dados na Administração Pública	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/930
13	Estatística	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/96
14	Visualização de dados aplicada à Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/802
15	Análise de dados: uma leitura crítica das informações	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/764
16	Governança de Dados	Escola Nacional de	https://www.escolavirtual.gov.br/

		Administração Pública	curso/270
17	Estatística para análise de dados na Administração Pública	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/930
18	Planejamento no Setor Público – Planejamento Estratégico	Escola Paulista de Contas Públicas	https://ead.tce.sp.gov.br/moodle/enrol/index.php?id=568
19	Planejamento no Setor Público -Planejamento da Administração Pública	Escola Paulista de Contas Públicas	https://ead.tce.sp.gov.br/moodle/enrol/index.php?id=679
20	Planejamento no Setor Público – Elaboração das Peças Orçamentárias	Escola Paulista de Contas Públicas	https://ead.tce.sp.gov.br/moodle/enrol/index.php?id=681

Linha de Desenvolvimento LGPD e Transformação Digital

LINHA LGPD E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL			
PROTEÇÃO DE DADOS			
Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	LINK
1	Como implementar a LGPD: bases, mecanismos e processos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/529
2	Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/603
3	Análise de dados: uma leitura crítica das informações	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/764
4	Governança de Dados na Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/536
5	Governança de Dados	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/270
6	Acesso à Informação	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/76
7	Palestra Acesso à Informação	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	https://egp.tce.pr.gov.br/Home/CursoDetalhe?idInscricao=1007
8	Governo Aberto: Transparência e Dados Abertos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/500
9	NPC Prevenção à Corrupção e Transparência - ISC	Instituto Serzedello Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:206302
10	Soft Skills na Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/812
11	Automação de Processos através de RPA para Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/797
12	Fundamentos da Transformação Digital: mapeamento e automação de processos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/518
13	Mundo conectado: Manual de sobrevivência	Instituto Serzedello Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:1016831622113

			89::NO:106:P106_COD:201140
14	Transformação Digital no Serviço Público	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/419
15	Novas Tecnologias da Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/367

LINHA LGPD E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

CIÊNCIA DE DADOS E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	LINK
16	Análise de dados em Linguagem R	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/325
17	Aplicação do Power BI para Aprimoramento da Gestão	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/840
18	Inteligência Artificial no Contexto do Serviço Público	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/377
19	Inteligência Artificial para simplificar o dia a dia	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/861
20	Visualização de dados Aplicada à Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/802
21	Estatística para Análise de Dados na Administração Pública	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/930
22	Estatística	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/96
23	Governo Aberto: Transparência e Dados Abertos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/500
24	Governo Aberto	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/140
25	Criação de Indicadores de Desempenho para a Transformação Digital	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/801
26	Introdução à Gestão de Processos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/679
27	Análise e melhoria de Processos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/424
28	Fundamentos da Transformação Digital: mapeamento e automação em processos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/518
29	Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (baseado na ISO 31000.2018)	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/294

CURSO HÍBRIDO

Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	OFERTA
30	Transformação Digital e a Administração Pública: O	Editora Fórum	Agosto de 2023

	futuro não é mais como era antigamente (módulo I)		
31	Transformação Digital e a Administração Pública: O futuro não é mais como era antigamente (módulo II)	Editora Fórum	Outubro de 2023

Linha de Desenvolvimento Sustentabilidade

LINHA SUSTENTABILIDADE			
Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	LINK
1	Compras Sustentáveis e a Nova Lei de Licitações	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/860
2	Contratações Públicas Sustentáveis	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/430
3	Elaboração de políticas, programas e projetos para o desenvolvimento humano e sustentável	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/722
4	Plano Diretor de Logística Sustentável: metodologia de construção, implementação e monitoramento	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/868
5	Elaboração de Plano de Logística Sustentável	Instituto Serzedello Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:202692
6	e-Liderança: como gerenciar e liderar equipes em ambientes remotos	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/773
7	Noções Básicas de Trabalho Remoto - ENAP	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/catalogo?query=remoto
8	Ferramentas de Gestão no Teletrabalho (PDP)	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/675
9	Gestão de Equipes em Trabalho Remoto	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/334
10	Elaboração de políticas, programas e projetos para o desenvolvimento humano e sustentável	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/722
11	Sustentabilidade na Gestão Pública	Instituto Serzedello Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:201140
12	Fundamentos da Gestão da Logística Pública	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/437
13	Estratégia de Logística na Administração Pública	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/435
14	Plano Diretor de Logística	Escola Nacional de	https://www.escolavirtual.gov.br

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA 2023-

	Sustentável: metodologia de construção, implementação e monitoramento	Administração Pública	r/curso/868
15	Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: desafios para implementação	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/841
16	Agenda para o desenvolvimento sustentável: conceitos, mobilização e articulação	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/719
17	2030 Agenda for Sustainable Development and e-learning Design Basics	Escola Nacional de Administração Pública	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/713
18	Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as Entidades Fiscalizadoras Superiores	Instituto Serzedello Corrêa	https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:101683162211389::NO:106:P106_COD:202436

CURSO PRESENCIAL

Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	OFERTA
19	Palestra Sustentabilidade Compras Sustentáveis: Cases de Sucesso	Escola de Contas Alberto Veloso	Março de 2023
20	Reflexões Sobre Sustentabilidade: Os Tribunais de Contas, Desafios e Perspectivas Globais na Amazônia	Escola de Contas Alberto Veloso	Junho de 2023

CURSO HÍBRIDO

Nº	CURSO ON-LINE	OFERTA	OFERTA
21	ESG e Agenda 2030 nas contratações públicas	Editores Fórum	Outubro de 2023

ANEXO 2- Etapas da Construção do Programa de Capacitação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge)

Diagnóstico do Programa			
Nº	Etapa	Descrição	Responsável
1	Identificação de normativos institucionais	Definição das legislações/ documentos técnicos que regem as atividades desenvolvidas pela Sepge	Sepge
2	Diagnóstico das competências da unidade	Mapeamento das linhas de desenvolvimento e das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias à equipe de Planejamento	Sepge
3	Validação das competências	Aprovação das linhas de desenvolvimento do programa, competências, definições e dimensões pela Secretária de Planejamento	Sepge
4	Análise das competências pela ECAV	Verificação e consolidação das competências validadas pela Sepge	ECAV
Planejamento do Programa			
5	Autoavaliação da unidade de trabalho	Identificação de lacunas entre as competências necessárias à equipe de Planejamento e as competências existentes atualmente	Sepge
6	Validação da autoavaliação da unidade de trabalho	Aprovação das lacunas de competências da Sepge pela Secretária de Planejamento	Sepge
7	Análise das lacunas de competências pela ECAV	Verificação e consolidação das lacunas de competências validadas pela Sepge, e proposição das ações educacionais pertinentes	ECAV
Elaboração do Programa			

8	Consolidação do Programa	do	Acolhimento das ações educacionais sugeridas pela ECAV e elaboração de versão final do Programa	Sepge
9	Validação do Programa de Capacitação Sepge	do de da	Aprovação da versão final do Programa de Capacitação da Sepge pela Secretária de Planejamento	Sepge
Execução do Programa				
10	Execução do Programa	do	Realização das ações educacionais previstas no Programa de Capacitação da Sepge	Sepge
11	Divulgação do Programa	do	Comunicação institucional sobre a implantação do Programa de Capacitação da Sepge	ECAV/ Comunicação
Monitoramento do Programa				
12	Definição de indicadores de desempenho	de de	Seleção de métricas mensuráveis para monitoramento da ação educacional e desempenho no trabalho, além da satisfação dos servidores participantes	Sepge
13	Monitoramento dos cursos, palestras, webinários etc. realizados pelos servidores		Avaliação das interações através das ferramentas de powerBi e conclusão de atividades nos eventos estudados	Sepge
14	Verificação da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos		Aplicação do aprendizado em seu ambiente de trabalho, por meio do preenchimento de formulários e ferramentas de PowerBi	Sepge
15	Divulgação dos resultados aos servidores	dos aos	Estabelecimento de canais de comunicação para relatar possíveis dificuldades, desafios e necessidades de suporte à equipe de Planejamento	Sepge
Revisão do Programa				
16	Identificação da necessidade	da de	Levantamento e análise sobre possíveis ajustes, inclusões ou	ECAV e Sepge

	revisão do Programa de Capacitação e das Trilhas de Aprendizagem	exclusões quanto à execução do Programa de Capacitação da Sepge e das Trilhas de Aprendizagem	
17	Consolidação da Revisão do Programa de Capacitação e das Trilhas de Aprendizagem	Detalhamento das novas ações a serem desenvolvidas e/ou outras competências	Sepge
18	Validação do processo de revisão do Programa de Capacitação e das Trilhas de Aprendizagem	Aprovação da versão final da Revisão do Programa de Capacitação da Sepge e das Trilhas de Aprendizagem	ECAV e Sepge
19	Implementação das mudanças	Execução das mudanças propostas no processo de revisão	Sepge
Avaliação do Programa			
20	Inserção de dados quantitativos na ferramenta de monitoramento/avaliação	Análise de dados numéricos	Sepge
21	Inserção de dados qualitativos	Obtenção de feedback qualitativo	Sepge
22	Avaliação da satisfação	Análise da satisfação dos servidores com o conteúdo e a execução do programa de capacitação	Sepge
23	Elaboração de relatório de avaliação	Consolidação de relatório contendo resultados, conclusões e recomendações, por meio de questionários	Sepge
24	Divulgação de resultados	Apresentação dos resultados e seus impactos no âmbito do Tribunal	Sepge, ECAV e Comunicação

ANEXO 3- Trilha de Aprendizagem para a Linha de Desenvolvimento Planejamento, por Objeto de Aprendizagem

Cursos EAD

- (ENAP) Curso EaD: Instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA
- (ENAP) Curso EaD: Orçamento Público
- (ENAP) Curso EaD: Gestão Orçamentária e Financeira
- (ENAP) Curso EaD: Ciclo de gestão do investimento público
- (ENAP) Curso EaD: Gestão da Estratégia com BSC - Fundamentos
- (ENAP) Curso EaD: Modelo Lógico aplicado ao PPA 2024-2027.
- (ENAP) Curso EaD: Introdução à gestão de riscos
- (FGV) Curso EaD: Gerenciamento de Riscos em Projetos.
- (TCU) Curso EaD: Governança - Conceitos Estruturantes.
- (ENAP) Curso EaD: Reuniões produtivas.
- (ALURA) Curso EaD: Princípios do trabalho em equipe – relações colaborativas.
- (ENAP) Curso EaD: Comunicação Pública e Comunicação de Governo.
- (TCU) Curso EaD: Economia Comportamental
- (ENAP) Curso EaD: Criatividade e inovação aplicada ao serviço público
- (ENAP) Curso EaD: Gestão do tempo e produtividade.
- (ENAP) Curso EaD: Inteligência emocional.
- (ENAP) Curso EaD: Gestão de Conflitos e Negociação.
- (ENAP) Curso EaD: Introdução ao Pensamento de Futuro na Gestão Pública.
- (ENAP) Curso EaD: Análise Ex-Ante de Políticas Públicas.
- (ENAP) Curso EaD: Avaliação Ex-Post de Políticas Públicas.
- (ENAP) Curso EaD: Avaliação de Impacto de Programas e Políticas Sociais
- (ENAP) Curso EaD: Cultura organizacional ágil aplicada ao contexto público.
- (ENAP) Curso EaD: Liderança e gestão de equipes
- (ENAP) Curso EaD: Comunicação Pública e Comunicação de Governo.
- (ENAP) Curso EaD: Gerenciamento de Projetos na prática.
- (ENAP) Curso EaD: Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional.

Textos

- (ENAP) Texto: Planejamento e Orçamento governamental.

(USP) Texto: Fundamentos do Planejamento Situacional.

(HBR¹) Texto: The Fall and Rise of Strategic Planning.

(IPEA) Texto para discussão: Análise Ex-Ante de Políticas Públicas: fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática.

Vídeos

(TCE-PA) Vídeo: Planejamento Estratégico 2022-2027.

(FGV) Vídeo: Gestão de Conflitos – FGV | Prof. Marcelo Soares.

(TEDx Talks) Vídeo: Abraçando Conflitos – Tomas Drunkenmolle.

(FIRJAN) Podcast: Caminhos para a comunicação não-violenta.

(TEDx Talks) Vídeo: O poder do diálogo – Fernando Guilhon

Livros

(TCE-GO) Livro: Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos.

(TCE-RS) Livro: Comportamento Organizacional.

(FUNDAÇÃO ITAÚ) Livro: Avaliação Econômica de Projetos Sociais.

(BANCO MUNDIAL) Livro: Avaliação de Impacto na prática.

Documento Técnico

(IRB) Documento Técnico: NBASP 20 Transparência e Accountability.

(CGU) Documento Técnico: Manual para implementação de programas de integridade – orientações para o setor público.

(CGU) Documento Técnico: Plano de Integridade CGU 2ª edição.

(ENAP) Documento Técnico: Implementando a gestão de riscos no setor público.

(TCU) Documento Técnico: Referencial Básico de Gestão de Riscos.

(CNMP) Documento Técnico: Gestão de riscos – abordagem prática.

(TCE-MS) Documento Técnico: Manual de gestão de riscos corporativos.

(CGU) Documento Técnico: Metodologia de gestão de riscos.

(COSO) Documento Técnico: COSO Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada.

(ATRICON) Documento Técnico: Diretrizes de Controle Externo Atricon nº 3303/2018.

(CASA CIVIL) Documento Técnico: Guia da Política de Governança Pública.

¹ Harvard Business Review.

(TCE-PA) Documento Técnico: Guia de Governança Pública.

(IPEA) Guia: Avaliação de Políticas Públicas - guia prático de análise ex-post.

(ENAP) Documento Técnico: Guia referencial para construção e análise de indicadores.

(IPEA) Documento Técnico: Como elaborar Modelo Lógico - roteiro para formular programas e organizar avaliação.

E-book

(TCU) E-book: 10 passos para a boa governança.

Artigos

(ENAP) Artigo: Governança Pública – uma revisão conceitual.

(FGV) Artigo: A comunicação dos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos nas redes sociais: os desafios da accountability na democracia digital.

ANEXO 4- Trilha de Aprendizagem para a Linha de Desenvolvimento Sustentabilidade, por Objeto de Aprendizagem

Cursos EAD

(ENAP) Curso EaD: Elaboração de políticas e projetos para o desenvolvimento humano e sustentável

(Educa Mundo) Curso EaD: Gerenciamento de resíduos no setor público

(ENAP) Curso EaD: Agenda para o desenvolvimento sustentável: conceitos mobilização e articulação

(ENAP) Curso EaD: Agenda 2030 para o desenvolvimento: desafios para implementação

(ENAP) Curso EaD: Contratações Sustentáveis e a nova lei de licitações

(ENAP) Curso EaD: Sustentabilidade na Administração Pública

(ENAP) Curso EaD: Gestão do tempo e produtividade.

(ENAP) Curso EaD: Liderança e gestão de equipes

(ENAP) Curso EaD: Inteligência emocional.

(ENAP) Curso EaD: Gestão de Conflitos e Negociação.

(ENAP) Curso EaD: Cultura organizacional ágil aplicada ao contexto público.

(ENAP) Curso EaD: Criatividade e inovação aplicada ao serviço público

(ENAP) Curso EaD: Plano diretor de logística sustentável: metodologia de construção, implementação e monitoramento

Vídeos

(Eco Câmara) Vídeo: Programa de gerenciamento de resíduos

(FGV) Vídeo: Gestão de Conflitos – FGV | Prof. Marcelo Soares.

(TEDx Talks) Vídeo: Abraçando Conflitos – Tomas Drunkenmolle.

(TEDx Talks) Vídeo: O poder do diálogo – Fernando Guilhon

(FIRJAN) Podcast: Caminhos para a comunicação não-violenta.

Documento Técnico

(MMA) Boas práticas da A3P: Boas práticas de sustentabilidade por tema

(TCE-PI) Documento técnico: Manual para elaboração e implementação dos planos de logística sustentável dos tribunais de contas

(SEMAS-PA) Cartilha: Boas práticas no ambiente de trabalho

(SEMAS-PA) Cartilha: Coleta Seletiva

Artigo

(ENAP) Artigo: Competências essenciais de liderança no setor público

Site

(MMA) Sítio da internet: Agenda ambiental na administração pública